

Aprovada

Local: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE

I -Convocados:

1.Membros presentes:

Fernando de Nielander Ribeiro (Membro do Comitê) - Representante da FINEP
Isaias de Carvalho Macedo (Membro do Comitê) - Representante da Comunidade Científica (UNICAMP)
Jose Eduardo P. Santos Tanure (Membro do Comitê) - Representante da ANEEL
Luiz Carlos Silveira Guimarães (Membro do Comitê) - Representante do Setor Produtivo (ABRADEE)
Marcelo Khaled Poppe (Membro do Comitê) - Representante do MME
Marcos Jose Marques (Membro do Comitê) - Representante da Comunidade Científica (INEE)
Maurício Otávio Mendonça Jorge (Membro do Comitê) - Representante do MCT
Ralph Lima Terra (Membro do Comitê) - Substituto do Representante do Setor Produtivo (ABDIB)

2.Convidados e Secretariado presentes:

Antonio Sergio Pizarro Fragomeni (Convidado) - MCT
Carlos Alberto Ribeiro de Avellar (Convidado) - ABRADEE
Claudio Eduardo da Costa Judice (Convidado) - MCT
Cristiano de Lima Logrado (Convidado) - CGEE
Gilberto de Martino Jannuzzi (Convidado) - CGEE
Ivan Araripe de Paula Freitas (Convidado) - CNPq
João Roberto Rodrigues Pinto (Convidado) - CGEE
Laercio de Siqueira (Convidado) - FINEP
Mary Brito Silveira (Convidado) - MCT
Wilson Antonio Awrswald (Convidado) - CNPq

3.Ausências justificadas:

Celso Pinto de Melo (Membro do Comitê) - Representante do CNPq

II. Itens da Reunião:

1. Sr. Maurício Mendonça abriu a reunião, agradecendo, a presença de todos os conselheiros. Colocou que esta é uma reunião importante para o andamento dos trabalhos do fundo nos próximos anos. Após uma avaliação interna no MCT, concluiu-se que seria muito importante que se dedicasse um tempo para se refletir sobre as prioridades para o CTenerg e se tentasse consolidar estas prioridades de forma coletiva. Obviamente, trata-se de um processo contínuo e que deverá ser elaborado ao longo do tempo. Acredita que o CGEE tem, agora, condições de fornecer um apoio mais forte para o Comitê Gestor (C.G.). Informa, ainda, que o MCT aprovou, junto ao legislativo, uma modificação na forma de arrecadação de recursos do Fundo Verde-Amarelo o que permitiu ao MCT criar 4 novos fundos setoriais.
2. Após a abertura, a reunião teve continuidade com a apresentação do Sr. Fernando Ribeiro sobre a utilização dos recursos do CTenerg no ano de 2001. Os recursos disponíveis foram de R\$ 50,6 milhões. Usando-se o mecanismo de encomenda montou-se uma carteira de 31 projetos o que representou um comprometimento de cerca de R\$ 68,6 milhões de reais, excluindo-se as bolsas necessárias a execução dos projetos. Do valor comprometido foram desembolsados R\$ 49,06 milhões de reais em 2001. Existem, entretanto, três projetos dessa carteira que não foram implementados por razões diversas.
3. Após a apresentação o Sr. Marcos José Marques citou que alguns projetos tiveram seus valores alterados durante o processo de avaliação.
4. O Sr. Fernando Ribeiro explica, então, que as alterações deram-se por duas razões: 1 - os valores previamente apresentados ao comitê gestor referiam-se a um esboço de projeto, sendo portanto apenas uma estimativa de custo do projeto. No processo de apresentação dos projetos à FINEP os projetos foram detalhados, o que gerou algumas alterações de valores; 2- além disto, os valores submetidos à FINEP foram avaliados por seus técnicos, inclusive de um ponto de vista orçamentário, o que também gerou variações nos valores dos projetos.
5. O Sr. Marcos José Marques pergunta, então, sobre a questão da contrapartida das empresas apresentada em alguns projetos. Questiona se a FINEP financiou estes valores.
6. O Sr. Fernando Ribeiro informa que, neste caso, não houve financiamento por parte da FINEP. O financiamento pode ser feito, desde que haja interesse da empresa. Nestes casos há uma negociação entre a empresa e a FINEP. Vale ressaltar que neste caso o dinheiro será reembolsado.
7. Em seguida o Sr. Wilson Antônio apresentou um breve relato dos projetos financiados através do CNPq. Citou que foram recuperados 137 projetos, totalizando um montante de R\$ 8,6 milhões. Infelizmente, por questões técnicas, não foi possível apresentar um relatório detalhado sobre estes projetos. Todavia todos foram contratados e tiveram seus recursos comprometidos no final de 2001. Estes recursos foram repassados ao CNPq pela FINEP. Neste total está inserido o apoio do CNPq ao programa Energia Brasil.
8. O Sr. Marcelo Poppe colocou estar desconfortável com a falta de informação e transparência do processo de avaliação e contratação de projetos, referente ao programa do ano de 2001. Citou que não há um relatório completo mostrando todas as ações financiadas com recursos do CTenerg e que o material distribuído é insuficiente.
9. O Sr. Marcelo Poppe fez, então as seguintes sugestões ao Comitê Gestor (C.G.): que o C.G. faça uma avaliação das atividades do CTenerg em 2001; que é preciso verificar se as ferramentas e a metodologia de avaliação de projetos empregadas em 2001 são adequadas a esta nova realidade criada pelos fundos setoriais. O objetivo destas sugestões seria evitar o surgimento de distorções entre o que é decidido pelo C.G. e o que efetivamente ocorre no processo de execução da decisão.

10. O Sr Luiz Carlos Guimarães concorda com as colocações do Sr. Marcelo Poppe e coloca, ainda, que se sente desconfortável com os procedimentos, até por que não está familiarizado com os mesmos. Não conhece as rotinas do cotidiano das agências (FINEP e CNPq). Assim, reafirma, que os processos devem ficar mais claros. Cita, por exemplo, que ele, enquanto membro do C.G. desconhece a forma como ele poderia atuar nos processos de avaliação de projetos.
11. O Sr. Tanure também concorda com o Sr. Marcelo Poppe e coloca os seguintes pontos: é necessário que se construa um sistema para fazer o acompanhamento/avaliação dos projetos; é preciso avaliar o impacto que as ações do CTenerg terão na sociedade e ressaltou a necessidade de maior transparência nos processos.
12. O Sr. Tanure colocou, ainda, que MCT, FINEP e ANEEL devem reunir-se para avaliar o sistema de arrecadação dos recursos do fundo junto às empresas para corrigir pequenos erros observados em 2001.
13. O Sr. Marcos José Marques colocou, então, dois pontos que o preocupam, em relação a esta reunião: a questão da disponibilidade da informação para os membros do C.G., citando a necessidade de se usar a informática como ferramenta para sanar esta deficiência e a questão das prioridades para 2002, pois ele espera uma apresentação por parte da presidência do C.G. sobre a questão.
14. O Sr. Isaias Macedo manifesta apoio ao Sr. Marcelo Poppe e coloca os seguintes pontos: o CTenerg entra em uma nova fase, na qual tem-se uma carteira de projetos cujos resultados precisam ser avaliados ; e a necessidade de ser criado um mecanismo para acompanhar os projetos contratados.
15. O Sr. Maurício Mendonça informa que está sendo montado um sistema informatizado no CGEE, mas que os prazos para sua entrada em operação ainda não foram definidos. Registrando sua concordância com as colocações do Sr. Marcelo Poppe, o Sr. Maurício Mendonça, registra , que os conselheiros, no 1º semestre de 2002, serão chamados a realizarem um esforço no sentido de avaliar a carteira de projetos contratados em 2001.
16. O Sr. Tanure reafirma a necessidade da criação de uma base de dados única, de forma a evitar a superposição de projetos. É preciso evitar que projetos sejam duplamente financiados .
17. O Sr. Maurício Mendonça colocou que as questões de avaliação e acompanhamento são uma preocupação contínua das agências (CNPq e FINEP). Em relação a prospeção informou que o programa PROSPECTAR está sendo transferido para o CGEE e que seus resultados deverão ser usados pelos fundos setoriais. Cita que as instituições âncoras para o PROSPECTAR sobre o tema energia foram o CEPEL e o CENPES.
18. O Sr. Marcelo Poppe manifesta preocupação em relação a utilização destas instituições como âncoras, pois estas são instituições tradicionais e podem não ser capazes de atender plenamente as questões relacionadas às "inovações" necessárias para o setor de energia. Em relação aos processos de acompanhamento e avaliação ele coloca que enquanto membro do C.G. tem necessidade de conhecer não só os resultados do processo mas também a metodologia utilizada.
19. O Sr. Maurício, por sua vez, acredita que existem tópicos mais importantes a serem discutidos antes das questões metodológicas. Cita que os fundos são a grande novidade no que se refere a P&D e que vieram para alavancar ações que viabilizem a retomado do desenvolvimento tecnológico no país. Assim iniciou-se um processo amplo de revisão de ações e procedimentos. Neste contexto, serão encontradas muitas coisas boas, mas também ruins. Trata-se de um processo lento, que vai levar tempo.
20. O Sr. Tanure intervém pedindo que se volte ao tema orçamento, que não foi concluído. Coloca ainda, que no que se refere a avaliação e acompanhamento é preciso que o C.G. tome a decisão e trace metas. Estas atividades não são espontâneas e precisam ser impostas.
21. Sobre a questão orçamentária a Sra. Mary Brito coloca os seguintes pontos: dentre todos os fundos setoriais o CTenerg foi o de melhor desempenho em 2001, desembolsando quase a totalidade dos recursos disponíveis; informa que a arrecadação em 2001 foi 20% acima do esperado, apesar de alguns problemas; em relação a 2002 informa que os recursos orçamentários para o fundo são de R\$ 71,4 milhões, mas que este valor ainda esta sujeito a cortes; a arrecadação estimada para 2002 é de R\$ 120,0 milhões, sem considerar-se uma sobra de R\$ 13 milhões de 2001 e outros R\$ 27 milhões pendentes junto as empresas, o que totaliza uma arrecadação de cerca de R\$ 150,0 milhões; assim ela sente a necessidade imediata de se fazer um pedido de suplementação orçamentária para o fundo e que o C.G. pode facilitar este processo.
22. O Sr. Fernando Ribeiro reforça as previsões da Sr. Mary Brito e coloca que a intenção da FINEP é apresentar relatórios bimestrais, ao C.G., sobre a situação financeira e orçamentária do fundo.
23. O Sr. Ralph Terra concorda com a iniciativa da FINEP em sistematizar a divulgação de informações aos conselheiros, no que se refere as questões orçamentárias e financeiras.
24. O Sr. Maurício informa que o MCT teve dificuldades em garantir um orçamento de R\$ 71,4 milhões para o CTenerg em 2002 em função da baixa arrecadação em 2001.
25. O Sr. Marcos José Marques cita que o volume de recursos do fundo é uma medida do nível de responsabilidade dos conselheiros e menciona que o volume de recursos a serem contratados deve ser da ordem de R\$ 200,0 milhões.
26. O Sr. Isaias Macedo coloca que está preocupado com os seguintes pontos: a questão do acompanhamento dos projetos contratados e a serem contratados; a questão do limitado número de grupos de pesquisa na área de energia que logo estarão sobrecarregados(o que mostra a questão da carência de recursos humanos para atuar em P&D); também o preocupa a questão da comunicação e troca de informação entre os diferentes grupos de P&D - é preciso estimular a interação entre os grupos e uma forma de se fazer isto é através das rede temáticas.
27. O Sr. Tanure concorda e enfatiza a importância do C.G. e do fundo como indutores.
28. O Sr. Marcelo Poppe também é favorável ao uso das redes de P&D
29. Em relação a questão da escassez de R.H. o Sr. Maurício Mendonça cita o PROFIX, um programa para fixação de doutores em empresas e instituições de pesquisa. O CNPq está assinando contrato com cerca de 100 projetos nesta modalidade.
30. O Sr. Wilson Antônio cita, então, que foram recebidas cerca de 1200 propostas para o PROFIX, deste montante 164 receberam parecer favorável e destas as 100 melhores estão sendo contratadas.
31. O Sr. Maurício pede, então, que cada conselheiro coloque a sua posição em relação a prioridades de 2002. Informa que a idéia é que cada um apresente, espontaneamente, suas prioridades.
32. O Sr. Isaias Macedo relembra que a proposta de plano de investimento de 2001 apresentava muitos pontos importantes e que continuam atuais. Dentre eles cita-se explicitamente: a questão das fontes alternativas, que devem ser tratadas observando o curto e o médio prazo; problemas relacionados à qualidade da energia e à eficiência; a questão do gás natural. Coloca, ainda, que não se deve perder de vista a questão da multi-disciplinaridade dos temas relacionados a energia.

33. O Sr. Fragomeni coloca que vê as prioridades em termos de ações e não de temas. Cita como importantes as atividades do CGEE, especificamente a prospeção e a avaliação que servirão de base para o C.G.; também a questão do modelo de gestão dos fundos que não está definido. Cita, ainda, a importância das redes temáticas de P&D.
34. O Sr. Luiz Carlos Guimarães coloca que suas prioridades são, em parte, um reflexo das medidas de revitalização do setor elétrico divulgadas pela Câmara de Gestão da Crise Energética (CGE), pois estas deverão ter um impacto significativo sobre as diretrizes do fundo. Os temas sugeridos são: fontes alternativas - como serão inseridas no sistema elétrico e as conseqüências desta inserção; o modelo de operação do sistema e de determinação do preço da energia; geração distribuída; racionalização/conservação de energia; qualidade dos serviços de energia; sistemas de medição e monitoramento do sistema elétrico.
35. O Sr. Tanure coloca, então, que as colocações do Sr. Luiz Carlos refletem a necessidade de que parte dos recursos do fundo sejam dedicados a questão do "negócio de energia", todavia deve-se fazer uma distinção clara entre as ações que podem ser apoiadas pelo fundo e aquelas que são obrigações das empresas. Ele recomenda um trabalho realizado pelo CPQD o qual comprometeu-se a divulgar para todos os conselheiros. Uma prioridade, para ele, é a questão da infraestrutura laboratorial nas regiões N e NE.
36. O Sr. Tanure informou que está deixando o Comitê Gestor e que a ANEEL deverá indicar um outro representante para a próxima reunião.
37. O Sr. Maurício confirma conhecer o relatório do CPQD e se compromete a enviá-lo a todos os conselheiros.
38. O Sr. Marcos José Marques afirma que, em tratando-se de prioridades, o trabalho realizado em 2001 pelo Sr. Gilberto Jannuzzi apresenta um conjunto adequado de prioridades, pois foi resultado de um trabalho intenso e foi submetido a apreciação de diversas pessoas/entidades representativas do setor elétrico. Assim, coloca que é importante a continuidade do processo de prospeção e que o documento do "Comitê de Revitalização do Setor Elétrico" coloca diversos pontos que poderiam ser adotados como prioridades para o CTenerg. Dentre eles cita: universalização dos serviços de eletricidade; eletrificação rural; geração térmica; certificação de equipamentos. Enfatiza, novamente, a necessidade de um projeto prospectivo.
39. O Sr. Marcelo Poppe coloca os seguintes pontos como prioridades: Infraestrutura laboratorial; modelo de gestão econômica/financeira do setor elétrico; inserção das fontes alternativas no setor elétrico. No que se refere a laboratórios, mencionou explicitamente, a necessidade de se resolver a questão da concentração regional.
40. O Sr. Marcos José Marques coloca, então, a questão da cooperação internacional e menciona a criação de um Fundo Sul-americano para financiamento de projetos cooperados de P&D.
41. O Sr. Maurício Mendonça informa que a cooperação internacional recebe tratamento especial no contexto do MCT. Neste contexto caberia ao C.G. decidir pela participação do Brasil em diversos comitês internacionais, quando julgar apropriado.
42. O Sr. Marcelo Poppe informa que o Brasil está retornando ao comitê internacional da IEA (Agencia Internacional de Energia) sobre o tópic Biomassa.
43. O Sr. Ralph Terra coloca, então, que todas as prioridades mencionadas pelos colegas conselheiros já estão nos documentos produzidos em 2001. Lembra que o processo de "eleição" de prioridades é dinâmico e que o comitê pode inserir/remover prioridades quando julgar necessário. Assim, enfatiza que sua maior preocupação está no quesito referente a sistematização dos processos de divulgação/análise de informações. Em relação a questões regionais, considera importante que se olhe em nível de continente e que o intercâmbio com países sul-americanos deve ser estimulado/explorado.
44. O Sr. Carlos Avellar cita a necessidade de um processo contínuo de prospeção tecnológica. Coloca que há uma grande carência de gestores e que vê, claramente, a necessidade da criação de um programa nacional de capacitação de recursos humanos em Gestão Tecnológica. Coloca, ainda, sua preocupação em relação à exigência de contrapartida nos projetos que utilizem recursos do CTenerg. Sua preocupação são as pequenas empresas que, em geral, precisam de apoio para desenvolver projetos de novas tecnologias, mas não podem arcar com os custos da contrapartida. Sugere um modelo alternativo no qual a contrapartida seria paga apenas em caso de sucesso do projeto. Registra também, a necessidade de flexibilização das exigências às universidades e centros de pesquisas. Temos que empreender um esforço para ampliarmos, em todo o país, a rede de universidade e centros de pesquisa habilitados a receberem recursos, provenientes, quer seja dos Fundos Setoriais, quer de receitas governamentais, geridos e/ou controlados pelo CNPq ou pelo FINEP.
45. O Sr. Maurício Mendonça colocou que a contrapartida é necessária, pois representa uma "sinalização de interesse" e um "comprometimento" da empresa com o projeto. Em relação as pequenas empresas coloca, para o Sr. Avellar, que pode-se criar uma ação específica para elas, na qual o valor da contrapartida seria reduzida a um nível adequado. Como exemplo cita o programa PROJEX de apoio a exportação para pequenas e médias empresas. Cita que o programa poderia ser criado, desde que se determine que há uma demanda para ele. Neste contexto, a ABRADDEE poderia fazer um levantamento desta demanda.
46. O Sr. Carlos Avellar afirma, então, que deseja que o C.G. avalie com maior atenção as situações onde a exigência de uma contrapartida pode tornar-se um empecilho para bons projetos.
47. O Sr. Marcos José Marques coloca que é preciso dar atenção especial a "gestão do conhecimento". É preciso, através de prospeção, traçar um perfil da condição atual deste tópico no Brasil. É preciso estimular o surgimento de novos centros de conhecimentos, pois, do contrário corremos o risco de cair na rotina e ficarmos muito "tradicionais".
48. O Sr. Maurício Mendonça faz um pequeno balanço do andamento da reunião, tocando nos seguintes pontos: o MCT e o CGEE comprometem-se a elaborar uma lista com as decisões tomadas nas 4 últimas reuniões do C.G. e avaliar o estágio atual de execução de cada uma delas; é preciso montar plano de aplicação para 2002 (Agencias, MCT e CGEE); em relação ao programa de pilhas a combustível o MCT deve apresentar uma proposta de programa na próxima reunião; é preciso tocar editais da FINEP já elaborados pelo C.G., ou seja, enviar aos conselheiros, recolher comentários, fazer as alterações e lançar o edital; considerar a possibilidade de realizar reuniões com membros da indústria associados a ABRADDEE e ABDIB, a fim de estabelecer um melhor contato com o setor industrial e elétrico; dar continuidade a conversas com o ONS.
49. A seguir o Sr. Wilson Antônio coloca que o fundo precisa pensar, também, no investimento em pesquisa básica. As propostas apresentadas por ele foram: Programa de capacitação de R.H. através de editais para formação de mestres e doutores na áreas de interesse do setor elétrico; o fundo deve manter os recursos para a chamada em fluxo contínuo de apoio a eventos e para projetos de pequeno valor; um edital para reequipagem de laboratórios de metrologia; e um programa baseado no modelo dos "Institutos do Milênio".
50. O Sr. Fernando Ribeiro coloca que há um relatório detalhados das ações do CTenerg em 2001, mas o mesmo ainda não esta

concluído. Uma vez concluído o mesmo será distribuído aos membros do C.G.; cita que a FINEP, enquanto agência, tem uma larga experiência no contato com universidades e institutos de pesquisa, mas carece de experiência no que refere-se ao contato com empresas.

51. Decisões do Comitê Gestor

O MCT e o CGEE comprometem-se a elaborar uma lista com as decisões tomadas nas 4 últimas reuniões do C.G. e avaliar o estágio atual de execução de cada uma delas- lista de decisões já tomadas e sua condição atual para ser apresentado na próxima reunião deste comitê;

- 52.** Que o G4 elabore uma proposta de orçamento para 2002 - esta deve ser apresentada na próxima reunião e avaliada pelo C.G. - este documento deve ser enviado antecipadamente aos membros do C.G.
- 53.** O MCT deve apresentar na próxima reunião do C.G. uma proposta para um "Programa Nacional de Pilhas a Combustível" - este documento deve ser enviado antecipadamente aos membros do C.G.